

RECURSO ESPECIAL Nº 1.692.992 - SP (2017/0207127-5)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
RECORRENTE : OSMIR JUSTINO PEREIRA
ADVOGADOS : MARCOS FOGAGNOLO E OUTRO(S) - SP105172
TELMO LENCIONI VIDAL JÚNIOR - SP207363
RECORRIDO : FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS
CREDITÓRIOS NAO-PADRONIZADOS NPL I
ADVOGADO : DANIEL DE SOUZA E OUTRO(S) - SP150587

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. CPC/15. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. EMBARGOS À EXECUÇÃO. FUNDAMENTAÇÃO RECURSAL DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de recurso especial interposto por OSMIR JUSTINO PEREIRA em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que, ao negar provimento à apelação, manteve a sentença que julgou improcedentes os embargos às execução. O acórdão foi assim ementado:

Execução de título extrajudicial. Cédula de crédito bancário. Embargos à execução julgados improcedentes em 1º grau. Decisão mantida. Ausência de impugnação aos embargos que não acarreta a produção dos efeitos da revelia. Capitalização mensal de juros. Admissibilidade na espécie, pois expressamente pactuada. Inteligência da Lei 10.931/04. Recurso desprovido.

No recurso especial, a recorrente aponta ofensa ao art. 337, XI, § 5º, do CPC/15, alegando, em síntese, que (a) a inexistência de preclusão na hipótese; (b) considerada a inexistência de prova sobre a cessão do crédito, o Tribunal de origem deveria, de ofício, reconhecer a ilegitimidade da parte recorrida para estar no polo ativo da execução, já que se trata de matéria de ordem pública.

Sem contrarrazões.

É o breve relatório.

Decido.

Inicialmente, registra-se que o recurso em análise foi interposto contra decisão publicada na vigência do Novo Código de Processo Civil, de forma que deve ser aplicado ao caso o entendimento firmado no Enunciado Administrativo n. 3 do Plenário do STJ.

No mais, o recurso especial não pode ser conhecido.

No voto condutor do acórdão recorrido, quanto à matéria aqui discutida, ficou consignado o seguinte:

(...)

O presente recurso não comporta provimento.

Os embargos à execução foram aforados contra o Banco Santander S/A (cf. fls. 2). A cobrança executiva está lastreada no documento copiado a fls. 47 e seguintes, a cédula de crédito bancário 23717491 emitida pelo embargante.

Depois disso, o apelado requereu a substituição processual, para passar a figurar no pólo ativo da execução e no passivo dos embargos (cf. fls. 84 e seguintes). Os embargos vieram deficientemente instruídos, pois não foi copiada a decisão que examinou tal pedido. Seria até o caso de não ser conhecido o recurso, por deficiente instrução da demanda desconstitutiva incidental (art. 736, parágrafo único, do C.P.C. de 1973). Mas, admita-se, por epítrope, que tal substituição tenha sido deferida, visto que atualmente é o apelado que figura como embargado na relação processual. Então, a conclusão inelutável é no sentido de que a substituição ocorreu sem nenhum reclamo do interessado e que se operou, assim, preclusão a respeito da titularidade do crédito exequendo. Não é possível agora que isso seja exumado.

Há título executivo, houve substituição processual e o embargante em nenhum momento insurgiu-se contra ela. Portanto, é o cerne da controvérsia que deve ser enfrentado.

A sentença de improcedência deve ser mantida, por seus próprios fundamentos.

Com efeito, o Tribunal de origem, *de ofício* - já que a apelação interposta

pelo ora recorrente (fls. 253/262, e-STJ) não se referiu a qualquer irregularidade do ingresso do cessionário, FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS NPL I, quando da efetivação da substituição processual ocorrida nos autos -, analisou a legitimidade das partes, reconhecendo a preclusão quanto ao tema, nada obstante o voto vencido tenha se manifestado no sentido da *"ilegitimidade ativa"* com a *"extinção do processo executivo"*, à ausência de comprovação específica da cessão.

Nesse quadro, vê-se que os dispositivos apontados como violados - por versarem apenas sobre a necessidade de o juízo conhecer de determinadas matérias de ofício -, não contêm comandos suficientes para infirmar os fundamentos adotados pelo acórdão recorrido, muito menos para subsidiar o efeito pretendido com o provimento do recurso especial (reconhecimento da ilegitimidade ativa do ora recorrido, no máximo, poderia se pleitear o indeferimento da substituição processual), atraindo, por analogia, o óbice da Súmula 284 do STF: *"É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia"*.

Por fim, destaco apenas que, considerando a moldura processual e fática delineada pelo acórdão recorrido, qualquer análise acerca da comprovação, ou não, da efetiva cessão de crédito entre o Banco Santander S.A e o ora recorrido, demandaria o reexame de provas, o que, em sede de recurso especial, é vedado pela súmula 07 do STJ.

Diante do exposto, não conheço do recurso especial.

Advirto que a apresentação de incidentes protelatórios poderá dar azo à aplicação de multa (arts. 77, II c/c 1.021, § 4º, do CPC/15).

Intime-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator

